



ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e treze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária mista. Convido o Deputado Herculano Borges para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente. Saúdo Vossa Excelência e também os Deputados Barbosinha, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Evander Vendramini, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Capitão Contar, Gerson Claro, Renato Câmara, Amarildo Cruz, Antonio Vaz, Eduardo Rocha, Londres Machado, Marçal Filho e Neno Razuk, que são os que eu visualizo no início desta Sessão. Saúdo também quem nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia e pela internet, desejando a todos uma boa semana produtiva e um mês de julho bom, positivo e com diminuição da pandemia, se Deus quiser. Leitura da ata. *"Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista.* **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Sessenta Um da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1.789/2021, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.039/2021, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 391/2021, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 5.614/2021, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Lidio Lopes, Pedro Kemp, Mara Caseiro, Renato Câmara e Herculano Borges. **GRANDE EXPEDIENTE** - Suprimido o Grande Expediente. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 15/2021, de autoria do Deputado Lidio Lopes; Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2021, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 185 a 187/2021, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Coronel David, endereçada aos familiares de Antônio Roberto Prudente; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Capitão Contar, endereçada aos familiares de Adriana Fagundes Lima; requerimentos de moções de pesar, de autoria do Deputado João Henrique, endereçadas aos familiares de Álido Aguilulfo Brun e Nairo Brun; requerimentos de moções de pesar, de autoria dos Deputados João Henrique e Lidio Lopes, endereçadas aos familiares de Ibrahim Ayach Neto; requerimento de moção de congratulação,



de autoria do Deputado Coronel David, endereçada a todas as forças policiais (Polícia Federal, Rodoviária Federal, Polícias Militares e Cíveis de Goiás, do Distrito Federal e outras) empregadas na captura de Lázaro Barbosa, meliante perigoso e acusado de vários crimes de homicídio, incluindo as mortes de uma família inteira em Ceilândia-DF, em especial para os que o enfrentaram no momento da captura; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçadas aos oito profissionais da área pelo Dia Estadual do Assistente Social, comemorado todos os anos em 15 de maio; requerimento, de autoria da Deputada Mara Caseiro, solicitando a realização de audiência pública com o setor de podologia e representantes da classe no Estado de Mato Grosso do Sul, na data de 1º de julho de 2021; requerimento de informações, de autoria do Deputado Amarildo Cruz; requerimento, de autoria do Deputado Capitão Contar, solicitando a prorrogação da suspensão da CPI Energisa até a data de 3 de agosto de 2021; indicações apresentadas pelos Deputados Mara Caseiro, Evander Vendramini, Marçal Filho, Lucas de Lima, Zé Teixeira e Eduardo Rocha. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usaram da palavra os Deputados Herculano Borges, Eduardo Rocha, Amarildo Cruz, Pedro Kemp e Renato Câmara. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, primeiro de julho do ano de dois mil e vinte e um". Senhor Presidente, foi lida a ata.

PRESIDENTE - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao ilustre Deputado Zé Teixeira que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente e nobres pares. Expediente da Sessão Ordinária do dia 6 de julho de 2021: Ofícios nºs 2.025 a 2.032/2021, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos Deputados Renato Câmara, Barbosinha, Mara Caseiro, Neno Razuk, Cabo Almi, Antonio Vaz, Lidio Lopes, Felipe Orro, Paulo Corrêa, Lucas de Lima, Jamilson Name e Marçal Filho (Prot. nºs 20.962, 20.961, 20.964, 20.960, 20.959, 20.958, 20.963, 20.957/2021); Ofícios nºs 2.076 e 2.104/2021, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos Deputados Evander Vendramini e Capitão Contar (Prot. nºs 20.979, 21.015/2021); e-mail da Itaipu/Binacional, agradecendo pelo envio de moção de congratulação, de autoria do Deputado Professor Rinaldo (Prot. nº 20.966/2021); Ofício nº 401/2021, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do Deputado Lucas de Lima (Prot. nº 20.983/2021); Ofício nº 1.110/2021, da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do Deputado Pedro Kemp (Prot. nº 20.982/2021); Ofício nº 284/2021, do Consórcio Guaicurus, respondendo à indicação do Deputado Coronel David (Prot. nº 20.996/2021); Ofício nº 06.0392/2021, da Claro S.A., respondendo à indicação do Deputado Renato Câmara. Foi lido o expediente, Senhor Presidente (Prot. nº 20.981/2021).

PRESIDENTE - Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Uma moção de congratulação, uma moção de pesar, uma indicação e um requerimento, de autoria do Deputado Amarildo Cruz. Indico à Mesa, conforme Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada a presente



moção de congratulação ao Projeto JP - Jovens Promessas, na pessoa do Professor João Paulo Soares (Prot. nº 04701/2021). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar ao Senhor Luiz Carlos da Silva Feitosa pelo falecimento de sua estimada mãe, Porfíria Alexandrina da Silva (Prot. nº 04679/2021). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja Silva, com cópia autônoma ao Secretário de Estado de Fazenda, Felipe Mattos, solicitando estudos para a não incidência do ICMS sobre o valor adicional temporário que será cobrado na conta de energia elétrica (bandeira vermelha tipo 2, reajustado em 52% com vigência a partir de julho até novembro de 2021) (Prot. nº 04680/2021). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, solicitando o envio, a esta Casa Legislativa, dos estudos que permitiram reajustamento da bandeira tarifária (bandeira vermelha tipo 2, reajustado em 52% com vigência a partir de julho até novembro de 2021) (Prot. nº 04681/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Antonio Vaz. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Marcela Ribeiro Lopes, Prefeita da Cidade de Corguinho, e à Senhora Maria das Graças Alves de Araujo, Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, solicitando a construção de uma pista de atletismo na Escola Estadual José Alves Quito, em Corguinho (Prot. nº 04697/2021). Uma indicação e dezoito moções de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Senadora Simone Tebet, solicitando a disponibilização de recursos para colaborar com o custeio e aquisição de material permanente/equipamentos do Hospital de Câncer de Campo Grande Alfredo Abrão (Prot. nº 04615/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI do Regimento Interno, ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação às seguintes personalidades, pelo Dia Estadual do Assistente Social comemorado todos os anos em 15 de maio: Antônia Maria da Silva (Prot. nº 04627/2021), Ana Lucia Américo Antônio (Prot. nº 04614/2021), Andrea Insfran (Prot. nº 04616/2021), Antônio Oliveira Franco (Prot. nº 04628/2021), Arminda de Souza Luiz (prot. nº 04629/2021), Camila Gouvea Malheiro Torciano (Prot. nº 04630/2021), Claudia Deolinda (Prot. nº 04631/2021), Cláudia Dorianara Araujo de Medeiros (Prot. nº 04632/2021), Cleonete Martins Moreno (Prot. nº 04633/2021), Cristiane Domingo (Prot. nº 04634/2021), Izete Fonseca Rodrigues (Prot. nº 04556/2021), Rosa Maria Ferreira de Menezes Feil (Prot. nº 04635/2021), Maria José Duarte (Prot. nº 04636/2021), Maria Neide de Araújo Silva (Prot. nº 04637/2021), Marilda Dias Medrado (Prot. nº 04638/2021), Marilete Palerm (Prot. nº 04639/2021), Marlene de Andrade Vieira (Prot. nº 04640/2021). Quatro indicações e um projeto de lei, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando a limpeza, o patrolamento e o encascalhamento da Rua Antônio Francisco Lisboa, Bairro Vilas Boas, nesta



Cidade de Campo Grande (Prot. nº 04646/2021). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando patrolamento e encascalhamento na Rua da Física, Portal Caiobá, nesta Cidade de Campo Grande (Prot. nº 04626/2021). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito do Município de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando viabilizar, em caráter prioritário, a instalação de um semáforo no cruzamento das Ruas Graça Aranha (Rua do Fort Atacadista Parati) com e Clevelândia, nesta Capital (Prot. nº 04625/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, conforme disposto no artigo 176 do Regimento Interno, depois de ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando que seja realizada a pintura da sinalização horizontal no quebra-molas, em frente ao nº 483, e instalação da sinalização vertical na Rua Náutico, no Bairro Jardim Panamá, nesta Capital (Prot. nº 04624/2021). Projeto de lei. Proíbe a fabricação, a comercialização e o uso de coleiras antilatido com impulso eletrônico (coleiras de choque), no Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 04617/2021). Dois projetos de lei, uma indicação e uma moção de apoio, de autoria do Deputado Capitão Contar. Projeto de lei. Denomina Lei Michel Maruyama a Lei nº 4.827, de 10 de março de 2016, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos ao doador de medula óssea, e adota outras providências (Prot. nº 04618/2021). Projeto de lei. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei 3.945, de 4 de agosto de 2010, a Festa de Nossa Senhora do Carmo, realizada no Distrito de Forte Coimbra (Prot. nº 04644/2021). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja Silva, solicitando estudos para a viabilização de isenção da cobrança do ICMS sobre o acréscimo decorrente da adoção do sistema de bandeiras tarifárias, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 04622/2021). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada a presente moção de apoio ao Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor Arthur Lira, e à Senhora Deputada Federal Bia Kicis, para a tramitação e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 135/2019, de autoria da Deputada Bia Kicis (PSL/DF), a qual acrescenta o parágrafo 12 ao artigo 14 da Constituição Federal, a fim de dispor que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria (Prot. nº 04677/2021). Doze indicações, uma moção de congratulação e uma moção de pesar, de autoria do Deputado Barbosinha. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Walter Benedito Carneiro Júnior, Diretor-Presidente da Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul (Sanesul S.A), com cópia ao Senhor Nildo Alves de Albres,



Justiça e Segurança Pública, com cópia ao Senhor Coronel QOPM Marcos Paulo Gimenez, Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitando a implantação de uma base da Polícia Militar Rodoviária Estadual na MS-450, no trecho compreendido entre o Distrito de Piraputanga e o Município de Aquidauana (Prot. nº 04704/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Corrêa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Alan Aquino Guedes, Prefeito de Dourados, solicitando a destinação de recursos para realização de obras de pavimentação em Dourados, nas seguintes vias: Rua Renê Miguel (Antiga DA1), trecho de trezentos e cinquenta metros, no Bairro Residencial Deoclécio Artuzi; Rua Vicente Lara, trecho de trezentos metros, no Bairro Jardim Guaicurus; Rua Gelcy Maria Teixeira Marcondes, trecho de trezentos e cinquenta metros, no Bairro Parque das Nações 1; Rua Abílio de Matos Pedroso, trecho de cem metros, com início na Avenida Indaiá, na lateral do Clube Indaiá (Prot. nº 04706/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Corrêa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a destinação de recursos para a duplicação da via, implantação de iluminação e redutor de velocidade, do tipo "traffic calming", no Anel Viário Norte (MS-379), no trecho de cinco mil e oitocentos metros, entre a MS-156 e a Avenida Guaicurus, em Dourados (Prot. nº 04708/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Corrêa Riedel, Secretário de Estado de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a destinação de recursos financeiros para obras de pavimentação asfáltica na MS-380, no trecho de aproximadamente dezessete quilômetros entre a Fazenda Ponta Cai, em Laguna Carapã, até o trevo da BR-463, em Ponta Porã (Prot. nº 04710/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja da Silva, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Corrêa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), com cópia ao Senhor Alan Aquino Guedes de Mendonça, Prefeito do Município de Dourados, solicitando a destinação de recursos financeiros para a construção de uma pista de caminhada em torno da Escola Municipal Prefeito Ruy Gomes, no Distrito de Vila São Pedro, em Dourados (Prot. nº 04707/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada a presente moção de congratulação ao Delegado Erasmo Cubas e a toda a equipe do Setor de Investigações Gerais (SIG), parabenizando-os pela atuação exitosa no esclarecimento e prisão dos autores do crime de assassinato da Empresária e Detetive Particular Zuleide Lourdes Teles da Rocha (Prot. nº 04709/2021). Requeiro à Mesa, ouvido o douto Plenário, nos termos



do inciso XV, do artigo 173, do Regimento Interno, que seja enviada moção de pesar aos familiares de Álido Agenulfo Brun e Nairo Brun pelo falecimento de ambos, ocorrido no dia 27 de junho de 2021 (Prot. nº 04696/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Coronel David. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Geraldo Resende, solicitando, em caráter de urgência, que todos os profissionais regularmente inscritos no Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) sejam incluídos na lista de prioridades do plano de imunização da população adulta, nas primeiras fases da campanha de vacinação contra a Covid-19 (Prot. nº 04703/2021). Três moções de pesar, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Requeiro à Mesa, depois das formalidades regimentais, que seja encaminhada, em nome desta Assembleia Legislativa, moção de pesar pelo falecimento do inesquecível Senhor Jesus Paiva, homem de fé, dedicado ao turismo do Pantanal, sua verdadeira paixão. Além de pai, foi esposo, um bom amigo, conselheiro, colaborador e guia de turismo do Pantanal, além de um extraordinário cozinheiro quando se tratava de um pescado. Sua paixão e alegria pelo Pantanal trilharam seu caminho ao longo dos anos. Faleceu em 30 de junho de 2021, em Campo Grande (Prot. nº 4673/2021). Requeiro à Mesa, depois das formalidades regimentais, que seja encaminhada, em nome desta Assembleia Legislativa, moção de pesar pelo falecimento do inesquecível Senhor Anderson Dias Nunes, homem dedicado avidamente à cultura carnavalesca de Corumbá e professor. Além de pai, foi esposo, um bom amigo, conselheiro e colaborador. Lecionou por vinte anos, formado em Pedagogia, Artes, Licenciatura Plena e Cursos de Libras. Além de atuar como Rei Momo no Carnaval, no Natal o Rei Momo tirava a fantasia e colocava a de Papai Noel oficial da Praça da República. Faleceu em 1º de julho de 2021, em Corumbá (Prot. nº 04675/2021). Requeiro à Mesa, depois das formalidades regimentais, que seja encaminhada, em nome desta Assembleia Legislativa, moção de pesar pelo falecimento do inesquecível Senhor José Apolônio Gomes da Silva, homem honrado, dedicado à área do desporto e da cultura corumbaense. Além de pai, foi esposo, um bom amigo, conselheiro, atuou na prefeitura como professor, assistente administrativo, técnico de apoio operacional e agente fiscal de obras. Faleceu em 29 de junho de 2021, em Corumbá (Prot. nº 04676/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Felipe Orro. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais e ouvidos os nobres pares, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópias ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Corrêa Riedel, bem como, ao Diretor-Presidente da Agência de Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, solicitando a retomada do serviço de pavimentação asfáltica da Rodovia MS-442, denominada Oxené Kohó - Caminho do Tuiuiú, no trecho entre a Rodovia BR-262 e o Distrito de Taunay, no Município de Aquidauana (Prot. nº 04699/2021). Uma indicação e uma moção de pesar, de autoria do Deputado Herculano Borges. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto artigo 176 do Regimento Interno, depois de ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos,



Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Primeira-Tenente Sabrinne Teodoro Azambuja pela posse no Comando do 5º Subgrupamento de Bombeiros Militar Independente, em Coxim (Prot. nº 04649/2021). Três indicações e uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Corrêa Riedel, solicitando estudo de viabilidade para que seja realizada pavimentação asfáltica na MS-270, no trecho que liga o Município de Itaporã à MS-162, mais conhecida na região como Placa do Abadio (Prot. nº 04670/2021). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário do Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Corrêa Riedel, solicitando providências a fim de executar obras de patrolamento e encascalhamento da Rodovia MS-379, denominada Gumercindo Pimenta dos Reis, no trecho de rodovia não pavimentada que liga a Rodovia BR-163 ao Município de Douradina (Prot. nº 04718/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, ao Senhor Diretor-Presidente da Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul (Sanesul), Walter Benedito Carneiro Junior, solicitando estudos para a viabilidade de perfuração de um poço artesiano para a implantação da rede de abastecimento de água domiciliar no vilarejo denominado Vila Sapé, situado no Município de Douradina (Prot. nº 04717/2021). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos de que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhada moção de congratulação à Senhora Ilda Salgado Machado, Prefeita Municipal de Fátima do Sul, com cópia a Senhor Emerson Cleber Mendes, Presidente da Câmara Municipal, pelo 67º aniversário do Município, que será comemorado no dia 9 de julho de 2021 (Prot. nº 04671/2021). Duas indicações e três moções de pesar, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia à Senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, pleiteando as providências necessárias e urgentes para realização de reforma geral na Escola Estadual José Bonifácio, no Município de Porto Murtinho (Prot. nº 04711/2021). Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia à Senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, pleiteando as providências necessárias e urgentes para realização de reforma geral na Escola Municipal Inácio Silvestre Monteiro Polo, no Município de Caracol (Prot. nº 04712/2021). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Magnífico Reitor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Senhor Marcelo Augusto Santos Turine, e à Excelentíssima Senhora Vice-Reitora, Camila Celeste Brandão Ferreira Ítalo, pela comemoração dos quarenta e dois anos de federalização da UFMS



(Prot. nº 04714/2021). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos bombeiros que atuaram no combate ao incêndio no Município de Porto Murtinho (Prot. nº 04713/2021). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos policiais militares que atuaram na averiguação de um possível crime ambiental em um incêndio na área rural do Município de Porto Murtinho (Prot. nº 04716/2021). Três indicações, de autoria do Deputado Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Senhor Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando a colocação da tampa de boca de lobo nas seguintes localidades: Rua Beatrício da Costa Moraes, esquina com a Rua Manoel Joaquim de Moraes, Bairro Coopamat; Rua Gaia, esquina com a Rua Cachoeira do Campo, Jardim Caiobá (Prot. nº 04705/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Prefeito, Marcos Marcello Trad, com cópia ao Senhor Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando Operação Tapa-Buraco na Rua Mestre Estanislau Panatier, Jardim Monumento, nesta Capital (Prot. nº 04719/2021). Requeiro à Mesa Diretora desta Casa Legislativa, sob os fundamentos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, solicitando a inclusão da atividade de pesca esportiva em barcos hotéis no recente pacote de medidas socioeconômicas, com medidas urgentes que resultem em isenção do ICMS sobre combustíveis utilizados nos barcos do segmento (Prot. nº 04720/2021).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Suprimido o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 186/2021. Autor: Poder Executivo. Gostaria de pedir o apoio dos Senhores Deputados aos Projetos de Lei nºs 185, 186 e 187/2021. São projetos que nós acertamos com o Governo para que fossem atendidos os bares, os restaurantes, os artistas e os guias turísticos. Eu quero o empenho dos Senhores Deputados. A gente gostaria de votar esses projetos, mas se ficarmos fazendo emendas, vamos perder tempo, porque tem que voltar para a CCJR. Nós fomos ágeis na semana passada; não adianta querermos criar novos grupos, pois estaremos criando despesas no projeto do Executivo. Então, eu peço para quem fez emenda que, se possível, a retire, porque eu gostaria de tentar votar. Se não puder, está tudo certo; respeitamos. Mas, efetivamente, o valor que nós acertamos com o Governo do Estado dá quase oitocentos milhões de reais; e trava-se tudo em função de um pequeno grupo. Aí fica ruim para nós aqui. Eu gostaria de agradecer, mas nós podemos dar o parecer em Plenário do Projeto nº 186/2021. Apesar de haver parecer nas duas comissões, não houve registro de votos dos demais membros, exceto do relator das comissões de mérito. Por isso convido o Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, o Deputado Pedro Kemp, para finalizar o trabalho da comissão e colher o voto do Deputado Coronel David. Isso é meio improvável, Deputado Pedro Kemp, porque hoje, às seis horas e trinta minutos, o Deputado Coronel David se submeteu à segunda cirurgia, o que justificou ontem. Mas o Deputado Coronel David tem suplente, o Deputado Antonio



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto com o relator.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Acompanho o voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Como vota o Deputado Felipe Orro? Convoco o suplente. Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Senhor Presidente, a proclamação do resultado é pela unanimidade. Aprovado o parecer emitido por este Deputado.

PRESIDENTE - Aprovado. Agradeço ao Deputado João Henrique e a todos os membros da Comissão de Finanças e Orçamento pela unanimidade. Neste momento, o Projeto de Lei nº 186/2021, de autoria do Poder Executivo, está apto a ser votado. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei nº 186/2021, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Bom dia a todos. Senhor Presidente, em que pese a importância desse projeto, o parágrafo único do artigo 2º condiciona o recebimento do auxílio à renúncia de direitos e indenizações decorrentes [trecho inaudível]... Emendas, suprimindo esse parágrafo. Mas é que, no entendimento, essa emenda parece uma medida coercitiva; então pode ser passiva de futuras judicializações. Apesar disso, o projeto é bom. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name? Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim. Senhor Presidente, estou falando e participando da Sessão de Glória de Dourados. Por favor, dê um aceno para o Prefeito, Senhor Aristeu Nantes, e para o Vice-Prefeito, Senhor Amadeu Ferreira de Moura, parceiro do município.

PRESIDENTE - Senhor Aristeu, um abraço, seja bem-vindo a nossa Sessão; a Casa é sua. Senti que você faltou comigo e com o Deputado Renato Câmara no Dia do Leite. Acho que foi o Deputado Lidio Lopes que não liberou. Mas você pode vir aqui. A gente entende. Venha tomar um leite com a gente, pois sei que



you love your cows and that you are always the champion of milk from Mato Grosso do Sul. Welcome. Give a hug for us, friend.

SENHOR ARISTEU NANTES - Obrigado, Senhor Presidente. Um abraço a todos os Parlamentares. Estamos recebendo a visita do Deputado Lidio Lopes, e isso é muito importante para a gente. Um grande abraço para todos, e um bom trabalho. Sei que estão todos envolvidos em fazer o melhor para o Estado.

PRESIDENTE - Quem é esse menino ao seu lado?

DEPUTADO LIDIO LOPES - É o Vice-Prefeito, Amadeu.

PRESIDENTE - Manda um abraço para nós também, Senhor Amadeu.

SENHOR AMADEU FERREIRA MOURA - Bom dia, Senhor Presidente. Amadeu Ferreira Moura, Vice-Prefeito de Glória de Dourados. Um abraço a todos e um bom trabalho.

PRESIDENTE - Estamos juntos, Senhor Amadeu. O Senhor Aristeu já conhece o caminho, e você está convidado; a Casa é sua. O Deputado Lidio Lopes é o representante que está levando o nome da Assembleia Legislativa aos nossos municípios. Um abraço, Deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Obrigado, Presidente. Aqui é a dupla 2021: Aristeu e Amadeu.

PRESIDENTE - Aristeu e Amadeu. Mas cuidado. Está presente o Deputado Londres Machado na Sessão? Deputado Lidio Lopes, Vossa Excelência está no corredor da morte. Cuide-se, porque o Deputado Londres Machado está prestando atenção.

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Bom dia, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Bom dia para o senhor. Tem gente invadindo Glória de Dourados. O senhor tem que tomar as providências cabíveis.

DEPUTADO LONDRES MACHADO - É, mas está abrindo caminho. Ele é o João Batista. Abraço.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os Deputados. É um prazer votar um projeto como esse, sabendo que a nossa cultura e que os artistas hoje estão sofrendo demais com essa pandemia. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sem dúvida alguma, os artistas foram os que mais sofreram durante essa pandemia. Todos sofreram, mas os artistas mais ainda, principalmente aqueles que cantam à noite, pois foram impactados fortemente, por não poderem exercer sua arte. Então nada mais justo do que o Governo do Estado criar esse projeto que agora vai se tornar lei, se Deus quiser. Voto com louvor. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, primeiramente eu quero mandar um abraço ao Prefeito de Glória de Dourados e ao Vice-Prefeito também. Apesar do DEM não o ter apoiado, o Deputado Zé Teixeira o apoiou, por saber da seriedade com o que administra aquela cidade. Voto sim.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado Zé Teixeira. Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.



SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário. Unanimidade.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Quero agradecer o voto dos Senhores Deputados. Esse projeto é uma batalha muito grande que nós tivemos junto à categoria dos artistas. Todos os Senhores Deputados se empenharam, e não teve um pior ou outro melhor, foi a Assembleia Legislativa que fez essa negociação com o Governo do Estado e possibilitou chegarmos a esse consenso. Eu gostaria de dizer que está travado o Projeto nº 185/2021, que trata da renda cidadã, que trata do crédito para os bares e restaurantes e aos guias turísticos, pois ficou acertado que a gente faria a votação, em função do projeto ter sofrido emendas. Então não deu para ser aprovado hoje, mas amanhã na CCJR eu gostaria que fosse agilizado para votação. Peço o comprometimento dos Senhores Deputados com o projeto, em função de termos a necessidade de aprová-lo o mais rápido possível, para objetivarmos o que foi negociado com o Governo.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, eu queria comunicar publicamente que eu fui um dos Deputados que apresentou emendas ao Projeto nº 185/2021 e ao Projeto nº 187/2021. Quero agradecer aos Deputados Felipe Orro, Zé Teixeira, Pedro Kemp, João Henrique, Capitão Contar, Renato Câmara e Evander Vendramini que subscreveram a emenda comigo. A emenda trata, no Projeto nº 185/2021, de estender o auxílio aos pescadores, àqueles que vivem da pesca no Estado e que desenvolvem atividade pesqueira, os pescadores profissionais cadastrados, que são cerca de sete mil e quinhentos no Estado. A intenção da emenda foi fazer com que o auxílio também chegasse a esse segmento. Com relação ao Projeto nº 187/2021, também apresentamos emendas para que as colônias de pescadores que representam os pescadores no Estado fossem beneficiadas pelo auxílio que está descrito no projeto. Ontem, eu tive uma reunião com o Secretário de Estado de Fazenda, Felipe Mattos, e foi feita uma negociação para que o projeto possa tramitar rapidamente e atender aqueles que já estão sendo alcançados pelo projeto que foi proposto pelo secretário e, conseqüentemente, pelo Governo. Futuramente abriremos uma negociação, para que, em outro momento, outro projeto possa extensivo aos pescadores do Estado. Diante dessa proposta que foi feita pelo secretário, nós já entramos em contato com as lideranças dos pescadores do Estado e marcamos reunião para esta semana com o Secretário de Estado de Fazenda e com os representantes do Governo do Estado, para estudarmos uma alternativa fora desse projeto, para que essa categoria também seja atendida. Eu quis fazer essa ressalva. A maior motivação pela qual eu apresentei essa demanda dos pescadores que trabalham ali e que vivem da pesca nos rios da bacia do Rio Paraná, é porque, como todos sabem, o País está passando por uma crise hídrica; e toda vez que tem essa crise há racionamento de energia. A Cesp, ali no Rio Paraná, nas Usinas de Jupiá, de Ilha Solteira e de Porto Primavera, começa a fazer o racionamento por essas



comportas e, conseqüentemente, isso faz com que o nível dos rios da bacia do Rio Paraná baixe. E baixando os níveis dos rios, obviamente a atividade pesqueira é prejudicada. A atividade dos pescadores é de pessoas humildes, e todos sabem disso e conhecem o perfil dos pescadores, principalmente em Mato Grosso do Sul. É um povo carente que está sendo muito afetado na pandemia em função do fechamento das comportas das usinas no Rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul. Então essas medidas buscam beneficiar principalmente este segmento de pescadores, em especial aqueles que desenvolvem essa atividade na bacia do Rio Paraná. Em função da possibilidade de se buscar uma outra alternativa em um outro projeto, foi feito esse compromisso com o Governo, por intermédio do secretário. Em função disso, eu entrei em contato, eles entenderam e foram sensíveis. Eu disse a eles que existem outros segmentos, como os trabalhadores da cultura e do turismo, que precisam receber o mais rápido possível esse auxílio. Eles entenderam, e nós vamos fazer essa reunião ainda durante esta semana com o secretário, para buscar alternativa para esse segmento. Eu quero também abrir tranquilamente, principalmente para os Deputados que subscreveram a emenda comigo, dizendo que se quiserem participar da reunião, ela estará totalmente aberta; e são convidados para que possam participar também, pois o intuito é buscar alternativa para poder atender aquele segmento. Sendo assim, Senhor Presidente, eu vou fazer a retirada das emendas para poder liberar os Projetos nº 185 e 187, para que eles possam tramitar o mais rápido possível. Quero fazer essa justificativa a todos, em especial àqueles que subscreveram a emenda comigo e, mais uma vez, agradecê-los.

PRESIDENTE - Eu agradeço, Deputado Amarildo Cruz, pela sua compreensão, porque emenda, nesta fase, atrasa o projeto, pois tem que voltar à CCJR para poder ser avaliado. Vossa Excelência, fazendo esse gesto, agiliza o processo de votação de algo que é de todos. A Assembleia inteira fez com que houvesse essa negociação, e eu sempre tenho dito isso. Mas a questão dos bares e restaurantes não sofreu emenda somente de Vossa Excelência. Eu rogo ao segundo Deputado (ele sabe que estou falando dele) que fez emenda, que é um detalhe, para que, se puder, agilize para fazermos parecer em Plenário, como fizemos no Projeto nº 186; assim votaríamos o Projeto nº 185 e 187 ainda hoje, e poderemos liberar trinta mil reais para cada micro e pequena empresa, como é o projeto originário; também poderíamos liberar duzentos reais para as famílias no Programa Mais Social, e liberar recursos para auxiliar os guias turísticos. Eu agradeço, Deputado Amarildo Cruz, e me comprometo com Vossa Excelência, sob sua tutela, sob sua liderança, de participar da reunião com o Governo também, por sua grandeza de entender que neste momento nós precisamos votar o projeto que acertamos, soltá-lo e, posteriormente, discutir o projeto dos pescadores, que tem a nossa simpatia, a minha participação e, tenho certeza, de todos os Deputados da Casa. Fico muito agradecido. Com a palavra o Deputado Capitão Contar.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, eu entendo a necessidade, e tenho também a compreensão de fazer essa emenda posteriormente ou em outro projeto, para que haja agilidade. No entanto, Senhor Presidente, eu quero solicitar a Vossa Excelência a atenção em uma situação que aconteceu naquele



projeto de lei que eu apresentei, que torna essenciais as atividades dos restaurantes. Mesmo com oito assinaturas e aprovado em Plenário para que tramitasse em regime de urgência, ele não entrou na CCJR na semana passada. Então, eu peço a Vossa Excelência e à Mesa Diretora que haja esforço para que ele entre na CCJR amanhã.

PRESIDENTE - Deputado, ao vivo e a cores, pela primeira vez eu acho que todos nós temos que agradecer a Deus a possibilidade de termos o Zoom funcionando, que é uma coisa fantástica. Está sendo feita uma solicitação: retire a emenda que está travando o Projeto nº 185 e 187, por compreender que nós precisamos de agilidade. Em contrapartida Vossa Excelência quer que eu pautar na CCJR de amanhã; isso não tem problema absolutamente nenhum, pois ele está tramitando, e é um projeto de suma importância. Soma-se a esse projeto a possibilidade de os bares e restaurantes serem atendidos com recursos financeiros, não só considerados atividade essencial. O Governo do Estado está atendendo com recursos financeiros pequenas e microempresas do Estado de Mato Grosso do Sul. Eu agradeço a sua compreensão, Deputado Capitão Contar. Com esse seu gesto e com o gesto do Deputado Amarildo Cruz, nós conseguiremos fazer com que hoje seja votado os Projetos nºs 185 e o nº 187/2021. Eu fico muito feliz e agradeço a compreensão dos dois Deputados. Desde já fica o compromisso de verificamos a entrada do projeto a que Vossa Excelência se referiu, para que seja pautado na CCJR de amanhã. Eu solicito ao Deputado Gerson Claro, Presidente da CCJR, que em conjunto com o consultor jurídico faça com que a CCJR amanhã avalie o projeto do Deputado Capitão Contar, que torna prioritários os bares e restaurantes. Não há, absolutamente, problema algum. Se todos estão de acordo, neste momento convido o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Deputado João Henrique, que vai ter que fazer um parecer oral e vai valer o seu parecer oral, porque com esse empenho dos dois Deputados em retirar a emenda para agilizar o processo. Há necessidade do parecer oral de Vossa Excelência, dizendo como vota e coletando o voto dos seus companheiros na Comissão de Finanças e Orçamento. Eu acho até que Vossa Excelência já o tinha feito, mas acatando as emendas. O seu parecer está correto sem as emendas. Deputado João Henrique, assumo o comando e colha os votos da Comissão de Finanças e Orçamento. Por favor.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Senhor Presidente, diante da retirada das emendas, renovo a emissão do parecer nos termos do artigo 46, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que dentro das suas competências regimentais está a apreciar os aspectos financeiros e orçamentários públicos do projeto de lei de qualquer proposição que importe o aumento ou a diminuição da receita ou da despesa pública. Da análise dessa proposição entendemos que o programa engloba o apoio financeiro emergencial para atender esse segmento da população que tem sofrido os impactos da pandemia, o qual entendemos extremamente necessário, retratando a necessidade e a realidade pautadas na discricionariedade na atual administração pública. Neste contexto, entende-se que a presente proposição atende, sim, as normas regimentais e legais pertinentes ao mérito, não existindo qualquer óbice ou impedimento para a sua regular tramitação. Examinando dessa forma o conteúdo do projeto, na forma que está



confrontando com as atribuições desta comissão, verificamos não haver nenhum obstáculo à tramitação. Dessa forma, o parecer é favorável à regular tramitação do projeto em epígrafe. Passo a coletar os votos dos Deputados Jamilson Name, Marcio Fernandes, Barbosinha e Felipe Orro. Como vota o Deputado Jamllson Name? Na ausência do Deputado Jamilson Name, convoco o seu suplente, o Deputado Gerson Claro. Como vota?

DEPUTADO GERSON CLARO - Acompanho o excepcional voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Deputado Marcio Fernandes, como vota?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto com o relator.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Deputado Barbosinha, como vota?

DEPUTADO BARBOSINHA - Acompanho o tradicional e sempre bem lançado voto de Vossa Excelência, Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Obrigado, Deputado Barbosinha. Deputado Felipe Orro, como vota? Na ausência do Deputado Felipe Orro, convoco o Deputado Marçal Filho. Como vota?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Acompanho o voto do jovem e brilhante jurista Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) - Obrigado, Deputado Marçal Filho. Senhor Presidente, a proclamação do voto, mais uma vez por unanimidade, dos membros da Comissão de Finança e Orçamento é favorável à regular tramitação do projeto.

PRESIDENTE - Por unanimidade. A comissão de mérito, no caso desse projeto, tem como presidente o Deputado Capitão Contar. Da mesma forma eu solicito parecer em Plenário e registro dos votos da sua comissão, Deputado. Vossa Excelência tem aí os nomes de todos os membros, ou quer ajuda?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio) - Eu tenho tudo aqui.

PRESIDENTE - OK. Passo o controle a Vossa Excelência.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio) - Obrigado. Eu creio que todos os Deputados já tiveram acesso ao relatório. Trata-se do Projeto de Lei nº 185/2021, de autoria do Poder Executivo,



que institui o Programa Estadual Incentiva Mais MS Turismo, com o objetivo de conceder apoio financeiro emergencial a pessoas físicas que desenvolvem atividades de guia de turismo, a microempreendedores individuais e a microempresas. O projeto é muito importante. Eu vou dispensar a leitura do relatório. Feitas as devidas observações, e com as pontuações deste Plenário feitas ao nosso relatório, eu passo a coletar os votos dos membros. Vou o convocar os Deputados Gerson Claro, Eduardo Rocha, Amarildo Cruz e Professor Rinaldo. Deputado Gerson Claro, como vota Vossa Excelência?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto pela aprovação, Excelência.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio) - Deputado Eduardo Rocha, como vota?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto pela aprovação.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio) - Deputado Amarildo Cruz, como vota?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Eu voto pela aprovação.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio) - Último membro, o Deputado Professor Rinaldo. Como vota?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Sou favorável.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio) - Senhor Presidente, devolvo a Vossa Excelência com a aprovação unânime na nossa Comissão de Turismo, Indústria e Comércio.

PRESIDENTE - Agradeço novamente a boa vontade do Deputado Amarildo Cruz e do Deputado Capitão Contar por inicialmente retirarem as emendas. Na sequência, agradeço ao Deputado João Henrique e aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento que votaram por unanimidade. E agradeço a Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, que é presidida pelo Deputado Capitão Contar, que também foi ágil. Os dois projetos estão aptos a serem votados. Projeto de Lei nº 185/2021. Autor: Poder Executivo. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 185/2021, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.



Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim, Presidente, parabenizando o Governo do Estado e esta Casa, porque hoje esses programas são feitos com tranquilidade pelo Governo do Estado porque a Assembleia Legislativa, nos últimos seis anos, teve a capacidade de entender e de votar. Às vezes não fomos compreendidos pela sociedade, por votar ajustes, por votar projetos para que o Governo pudesse manter o Estado em ordem; e aí, sim, numa hora de desespero, em um momento em que as pessoas mais precisam, estender a mão do Estado, que está aqui para ajudar. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim. Aproveito o discurso do Deputado Eduardo Rocha para inclui-lo em meu voto.



DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Segundo-Secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado o Projeto de Lei nº 185/2021. Obrigado, Senhores Deputados. Na sequência, solicito ao Deputado Lidio Lopes, Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos, que assuma a presidência e colete os votos dos Senhores Deputados em seu relatório que já se encontra disponível para todos os Senhores Deputados.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos) - Bom dia, Senhor Presidente. Bom dia, nobres pares. Senhor Presidente, vou sair do ar para eu poder ler o relatório e fazer meu voto aqui. Projeto de Lei nº 187/2021, de autoria do Poder Executivo, Processo nº 245, que institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Programa Estadual de Microcrédito Produtivo e Orientado (Mais Crédito MS) e o Fundo Estadual de Microcrédito (FEM), nos termos que especifica, e dá outras providências. O presente Projeto de Lei nº 187/2021, encaminhado pelo Poder Executivo, trata do tema epigrafado nos termos que especifica, e dá outras providências. Sendo assim, é um projeto que foi submetido à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu parecer favorável à sua tramitação por todos os membros e, conseqüentemente, foi aprovado por unanimidade em primeira votação em Plenário. E em seguida, por cumprimento regimental, se faz necessária análise da comissão de mérito da matéria perante a Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos, antes submetida à segunda votação. Ao ser analisado o projeto em tela, não se encontrou nenhum óbice que impeça a sua tramitação. A proposta em epígrafe tem por finalidade a criação de Programa Estadual de Microcrédito Produtivo e Orientado (Mais Crédito MS) e do Fundo Estadual de Microcrédito (FEM), que representa política de retomada no crescimento econômico e apoio ao empreendedor sul-mato-grossense, merecendo inteiro apoio desta Casa de Leis. Dessa forma, tem



como objetivos fundamentais promover a inclusão econômica e produtiva dos beneficiários que empreendam, primeiro, ou que pretendem empreender; segundo, a diminuição dos empregos; terceiro, a retomada das atividades econômicas do Estado; quarto, a mitigação dos efeitos decorrentes da pandemia do Covid-19 nas atividades econômicas e na consequente dificuldade de acesso ao crédito ao mercado financeiro pela parcela de empreendedor alcançada pelo programa ora apresentado. Outrossim, não há dúvida de que o projeto de lei em análise é louvável, visto que o Mais Crédito MS, além de ser um instrumento hábil em auxiliar os empreendedores do Estado, possibilitará condições para gerir seus próprios negócios mediante acesso à orientação ao crédito, fatores fundamentais à continuidade de qualquer atividade econômica e fomentará a geração de emprego e renda nas diversas regiões do Estado. Diante do exposto, essa relatoria entende que o projeto de lei em questão não encontra óbice para normal tramitação, e encontra-se apto para normal tramitação, estando em conformidade com o que dispõe o artigo 46, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Posto isso, peço pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 187/2021, de autoria do Poder Executivo. É como voto, Senhor Presidente. Preciso colher os votos dos outros pares. Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Acompanho o voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Acompanho o voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos) - Presidente, pode me dizer o nome dos outros membros da comissão? Eu estou sem a minha pauta.

PRESIDENTE - Vou passar o nome dos membros para Vossa Excelência. Vossa Excelência é o Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos, o Vice-Presidente é o Deputado Antonio Vaz e os demais membros são: Deputado Capitão Contar, Deputado Pedro Kemp e Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos) - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Acompanho o voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos) - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Também acompanho o voto de Vossa Excelência. Voto favorável.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Acompanho o voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos) - Aprovado, por unanimidade, Presidente.

PRESIDENTE - Não. Você esqueceu o Deputado Capitão Contar.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos) - Eu já havia colhido o voto dele, Presidente.

PRESIDENTE - Perfeito. É bom colher de novo, para garantir. Agradeço ao Deputado Capitão Contar. Agradeço ao Deputado Lidio Lopes e a todos os Senhores Deputados. Esse é um esforço concentrado; e é importante, pois cada Deputado abriu mão de um pouquinho para a gente poder votar esses projetos que são de suma importância neste momento de pandemia.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Presidente, o Aristeu e o Amadeu estão perguntando se o senhor tem uma bola de cristal, ou se o senhor tem um informante dentro da sala, por ter dito que nós estamos tomando café com leite aqui em Glória de Dourados.

PRESIDENTE - Fala para ele que eu estou aceitando, e faço até fora data, com Vossa Excelência, uma rodada de leite; desde que ele traga novamente a primeira-dama, que é uma simpatia, mas que ele não erre na hora da reunião, dizendo que ama as vaquinhas dele. Está bem?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Está certo.

PRESIDENTE - Um abraço. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 187/2021, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?



DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk? Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado o Projeto nº 187/2021. Vai ao Expediente. Agradeço, Senhores Deputados. Hoje é dia de comemarmos o que a Assembleia fez pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Respeito todos os Senhores Deputados que fizeram com que acontecesse essa votação histórica, que entrou na segunda-feira da semana passada, e aprovamos em regime de urgência. Agradeço a todos os Senhores Deputados o empenho neste momento de pandemia, em que o Executivo encaminha três projetos de suma importância, que entraram na segunda-feira passada nesta Casa, e que tramitou em regime de urgência com a aquiescência dos pares, sendo



negociado com o setor produtivo. Os setores que mais necessitavam eram os bares, restaurantes, artistas, guias de turismo e todas as pequenas e microempresas que estão prejudicadas com a pandemia e o Projeto Mais Social, que atinge a cifra de setecentos e sessenta e três milhões de reais, em concessão de benefícios pelo Governo do Estado, sendo aprovado por esta Casa. Isso é muito mais do que a gente sonhou que conseguiria, Senhores Deputados. Agradeço ao Governador Reinaldo Azambuja. A pessoa que trabalhou comigo nesse assunto dentro Governo foi o Secretário Eduardo Riedel. Eu agradeço a todos os Deputados pelo empenho e pela dedicação. Estamos na Ordem do Dia. Projeto de Lei nº 064/2021. Autor: Deputado Antonio Vaz. “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos condomínios e edifícios a comunicarem aos órgãos de segurança pública a ocorrência de casos de maus-tratos a animais, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à emenda substitutiva integral, tendo como relator o Deputado Evander Vendramini. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 064/2021, de autoria do Deputado Antonio Vaz.

PRESIDENTE - Deputado Paulo Corrêa.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Deputado Zé Teixeira.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim, agradecendo desde já os Deputados que votarem favoráveis.

PRESIDENTE - Deputado Antonio Vaz, esse projeto é muito interessante, e eu quero agradecer à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que parece ter um trato especial com Vossa Excelência. Vossa Excelência tem cravado todos os projetos na CCJR; e isso é mágico. A gente fica feliz que Vossa Excelência esteja construindo mais um projeto. Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim, Senhor Presidente. Esse deve ser o 22º projeto do Deputado Antonio Vaz que estamos aprovando.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Senhor Presidente, com alegria eu votei na CCJR o projeto do meu amigo Deputado Antonio Vaz. E todos os projetos do Deputado Antonio Vaz são constitucionais. Certamente será unanimidade. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Senhor Presidente, quero parabenizar o Deputado Antonio Vaz, e dizer que eu fui o relator. É um projeto muito bom, e teve realmente apoio do Deputado Eduardo Rocha. E por ser bom, voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Parabenizo o Deputado Antonio Vaz, que tem mais um projeto aprovado. Pela essência do projeto em defesa dos animais, voto sim, Senhor Presidente.



PRESIDENTE - Mas, Deputado, eu não consigo ouvir Vossa Excelência. Deputado, registro que escutamos a maioria da sua fala, inclusive a especificidade que o Deputado Antonio Vaz coloca. Eu acho que isso reforça o código. Creio que está tudo bacana; um projeto complementa o outro.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Sem problemas. Se é para a defesa da causa animal, não tem problema algum; foi só uma observação, porque já estaria contemplado dentro do Código de Proteção Animal. Senhor Presidente, voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk? Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Senhor Presidente, cumprimentando o Deputado Antonio Vaz, autor do projeto, eu também voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, eu só queria saber de uma coisa: depois que o Deputado Antonio Vaz deu um aperto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, mudaram os andamentos dos projetos apresentados por ele? Todas as vezes que vão votar um projeto de tamanha importância, como esse, tem essa polarização. Eu acho que o Deputado Antonio Vaz tem que tomar mais providência. Voto sim.

PRESIDENTE - Com a palavra, novamente, para agradecer a CCJR, o Deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Obrigado a todos os Deputados, principalmente os da CCJR. Continuem assim. Obrigado.

PRESIDENTE - Solicito o resultado da votação ao Deputado Herculano Borges.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado.



DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Presidente, eu concedo a minha assinatura, mas antes eu quero ter acesso ao documento inteiro da emenda, se o senhor puder encaminhar para nós.

PRESIDENTE - Perfeitamente, mas já deixo assinado e passo para Vossa Excelência neste momento o inteiro teor. O Doutor Fábio Camilo passará.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Ainda não deixe assinado, Presidente.

PRESIDENTE - Ainda não deixa assinado? OK. Ontem o Deputado Coronel David me autorizou. Deputado Eduardo Rocha.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Presidente, eu autorizo. Ontem eu vi o teor e discuti isso com Vossa Excelência. Se os Poderes estão de acordo, não tem que ter uma objeção da Assembleia. Então, estou de acordo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - OK, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - O Deputado Felipe Orro não está presente. Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - De acordo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - O Deputado Jamilson Name não está presente. Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, os Poderes têm, por direito, vocação constitucional e autonomia da execução orçamentária. E cada órgão, devidamente, tem condições de fiscalizar a execução daquilo que nós, dentro da Assembleia Legislativa, estamos prevendo. Dentro desse acordo construído com os Poderes, eu também empresto a minha assinatura para que Vossa Excelência me coloque como coautor.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - De acordo.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - De acordo.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?



DEPUTADO LUCAS DE LIMA - De acordo.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - De acordo.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - De acordo.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - De acordo.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk? Ele já havia me autorizado a colocar o seu voto favorável. Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - De acordo.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - De acordo.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - De acordo.

PRESIDENTE - Essa é a emenda da LDO. Por ter sofrido emenda, está acertado também para a CCJR de amanhã, Senhor Presidente, Deputado Gerson Claro. Se Vossa Excelência puder, coloque em votação amanhã para podermos votar a LDO.

DEPUTADO GERSON CLARO - Com certeza. Estaremos com o parecer votado amanhã, Senhor Presidente, com a ajuda dos nobres pares: meu caro corumbaense Deputado Evander Vendramini, o Deputado Eduardo Rocha, o Deputado Barbosinha e o Deputado Professor Rinaldo. De prontidão, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado Gerson Claro. Passemos ao item 3 da Ordem do Dia. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, duas indicações e vinte e seis moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Osvaldo Maruyama. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor



Emerson Kolti Oba. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Manoel Anderson Bezerra de Lavor. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria da Deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do Senhor Adriano Bogado Nogueira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do Senhor Divino Andrade Nabhan. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. O primeiro inscrito é o Deputado Barbosinha; a Deputada Mara Caseiro é a segunda inscrita; o Deputado João Henrique é o terceiro; o Deputado Pedro Kemp é o quarto; o Deputado Amarildo Cruz é o quinto. Mais alguém? Vou passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Herculano Borges. Peço licença aos Senhores Deputados. O Segundo-Secretário presidirá também a sessão de amanhã. Primeiramente nós receberemos visitas para o Governador: o Senhor Carlão Pignatari, e o Senhor Cauê Macris, de São Paulo, vêm fazer uma visita oficial no Estado, e vou recebê-los no aeroporto e encaminhá-los ao Governador. Posteriormente passarei aqui. O Deputado Herculano Borges vai conduzir a sessão. Os dois vão falar, passando suas experiências a esta Casa. O Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo estará nos visitando amanhã, o ilustre Deputado Carlos Pignatari, e o ex-presidente, Cauê Macris, que é o atual Secretário da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo. Não é uma visita oficial, mas nós os receberemos, e eu gostaria que eles passassem por aqui; portanto vou recepcioná-los com Vossas Excelências e quem conduzirá a sessão de amanhã será o Deputado Herculano Borges. Passo neste momento a condução dos trabalhos ao Deputado Herculano Borges, e cedo a palavra nas Explicações Pessoais ao ilustre Deputado Barbosinha. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO BARBOSINHA - Agradeço, meu prezado e competente Presidente, Deputado Paulo Corrêa. Cumprimento os Senhores Parlamentares, a Deputada Mara Caseiro, os amigos e amigas que acompanham esta Sessão pelas redes sociais, pela TV e Rádio Assembleia. Senhor Presidente Deputado Herculano Borges, estou rogando mais uma vez a sensibilidade do Governador Reinaldo Azambuja, a quem estou dirigindo uma indicação, também endereçada ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Delegado Antônio Carlos Videira, o amigo Carlinhos, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, o Coronel QOPM Marcos Paulo Gimenez, ao Senhor Coronel Hugo Djan Leite, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. O Governador vem realizando um grande trabalho na área da segurança pública, principalmente na parte estrutural, mas hoje estou pedindo a regularização das promoções e dos respectivos atos de bravura para as forças de segurança; a regularização para os policiais militares e os bombeiros militares. Realçando que em 2018, pela primeira vez na história de Mato Grosso do Sul - período em que eu tive a felicidade de ser secretário de Estado de Justiça e



na área rural, mantendo as pessoas nas pequenas comunidades que cumprem uma função muito importante. E hoje eu estou clamando pela Vila São Pedro. Eu também estou dirigindo uma outra indicação, para a pavimentação de vários trechos em Dourados. Nós temos várias ruas em Dourados onde ficaram pequenos pedaços de asfalto a serem concluídos. Esse pedido deveria ser endereçado ao Prefeito Municipal, mas a gente sabe da colaboração do Governo do Estado, então eu coloquei algumas ruas que são importantes, como a Rua Renê Miguel, antiga DA1, trecho de trezentos e cinquenta metros, no Residencial Deocrécio Artuzi. Esse pedido já deve ter chegado a Vossa Excelência, porque a comunidade Deocrécio Artuzi pede muito por esse trecho; Rua Vicente Lara, no Bairro Guaicurus, onde são trezentos metros de asfalto que vai até um ponto, mas depois ele não complementa, não se interliga com a outra parte asfaltada; Rua Geoci Maria Teixeira Marcondes, trecho de trezentos e cinquenta metros no Parque das Nações 1, que também é muito pedido por aquela comunidade; e a Rua Abílio de Matos Pedroso, trecho de cem metros com início na Avenida Indaiá, na lateral do Clube Indaiá. Como nós estamos fazendo vários pavimentos em Dourados, o Governo do Estado está fazendo...

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Deputado Barbosinha, o tempo de Vossa Excelência está se esgotando. Tem só um minuto.

DEPUTADO BARBOSINHA - Oitenta e três quilômetros de linhas de ônibus. Então a gente está pedindo que haja um aditivo que possibilite a pavimentação desses pequenos trechos. Tenho outra reivindicação, que eu considero muito importante para atender o Município de Dourados. Em um trecho de, aproximadamente, cinco mil e oitocentos metros, quase seis quilômetros, no Anel Viário Norte, na MS-379, estamos pedindo, além do "traffic calming", que seja feita a duplicação desse trecho. Ele está localizado entre a MS-156 e a Avenida Guaicurus. A MS-156 dá destino a Itaporã, e a Avenida Guaicurus vai até o aeroporto e à Cidade Universitária, são quase seis quilômetros, onde, com o movimento intenso, ocorreram muitas mortes; nos últimos anos foram dezenove vidas que se perderam nesse trecho, na grande maioria irmãos indígenas. O que mais sensibilizou foi o caso de uma criança de seis anos que foi encontrada morta às margens da rodovia no mês de março de 2021. A duplicação desse trecho será muito importante. Estou finalizando, Deputado Herculano Borges. Eu não sei como está o meu tempo.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Deputado Barbosinha, eu já tinha comunicado, e acho que Vossa Excelência não ouviu. Seu tempo já esgotou. Nós temos uma extensa relação de oradores. Vossa Excelência pode concluir.

DEPUTADO BARBOSINHA - Eu agradeço, não ouvi a manifestação de Vossa Excelência. Eu agradeço pela oportunidade de hoje fazer essas solicitações para a minha Cidade de Dourados e em defesa das forças de segurança pública, os irmãos policiais militares e bombeiros militares de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Obrigado, Deputado Barbosinha.



DEPUTADO RENATO CÂMARA - Pela ordem, Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Lembro que temos uma lista extensa, portanto vamos observar os dez minutos. Deputada Mara Caseiro é a próxima inscrita.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Pela ordem, Presidente em exercício, Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Antes da Deputada Mara Caseiro, concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Deputado, eu gostaria de me inscrever nas Explicações Pessoais.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - OK. Está inscrito. Com a palavra, a Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente e Deputados, eu tenho algumas solicitações para fazer no dia de hoje. A primeira é para o Governador Reinaldo Azambuja e para o Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Riedel, solicitando providências para que o Km 23 da BR-060, conhecido como a curva do Tonito, seja drenado. O reiterado acúmulo de água no trecho tem sido causa de inúmeros acidentes de trânsito. Esse é um pedido dos Vereadores Wanderson Cardoso e André dos Anjos, do Município de Chapadão do Sul. Também, Senhor Presidente, tenho uma indicação para o Governador Reinaldo Azambuja, para a Secretária de Estado de Educação, Maria Cecília Amendola da Motta, e para o Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Riedel, solicitando a construção de seis salas de aula para a implantação de Ensino Médio na Aldeia Taquapiri, no Município de Coronel Sapucaia. A presente indicação foi formulada pelo Vereador de Coronel Sapucaia, Senhor Claudemiro Pereira Lescano. Tenho também, Senhor Presidente, um pedido para o Governador Reinaldo Azambuja e para o Presidente da Fundação de Esporte, Marcelo Miranda, solicitando a reforma e a revitalização da Praça 1º de Maio, no Município de Caracol. Esse é um pedido da Vereadora Meire, de Caracol. Senhor Presidente, eu fiz um pronunciamento esta manhã em apoio ao Prefeito de Mundo Novo, à Vice-Prefeita Rosária, à Câmara de Vereadores e a toda a população de Mundo Novo, onde foi colocado um letreiro, por sinal com uma resistência bastante grande da própria CCR MSVia, que pediu que a Polícia Federal fosse lá e impedisse a instalação desse letreiro que está apenas identificando o Município de Mundo Novo. Inclusive ficou muito lindo o letreiro: Mundo Novo, e no meio um coração, mostrando a importância desse município para todos que ali moram. E aí, Senhor Presidente, a CCR MSVia não queria deixar instalar esse letreiro. Esse letreiro não impede nem atrapalha o trânsito; ele não causa qualquer problema. Apenas por um capricho da CCR MSVia não permitiram a instalação. O letreiro foi instalado, e está lá, a coisa mais linda, um orgulho para todos que moram em Mundo



Novo. É importante ter essa identificação, para saber em que município você está dando publicidade ao seu município, divulgando o seu município. E a CCR MSVia deu quarenta e oito horas para a Prefeitura de Mundo Novo retirar esse letreiro. Senhor Presidente, justificaria a retirada se a CCR MSVia fosse fazer alguma obra imediatamente nesse local. Então, seria retirado, feita a obra e reinstalado esse letreiro, onde continuasse visível a identificação do município. Tudo bem. Aí a gente até aceita. Mas não existe nenhuma obra prevista para os próximos meses, para que seja pedida a retirada desse letreiro. Então, eu considero uma grande injustiça o que a CCR MSVia está tentando fazer contra o Município de Mundo Novo. Inclusive, Senhor Presidente, nós temos lá um aviário que está sendo impedido de retirar as suas aves, porque a CCR MSVia não autoriza o acesso a esse aviário, que também fica às margens da BR-163, o que prejudica toda a produção e trabalho, impedindo a retirada da sua produção. Então, Senhor Presidente, eu faço um apelo à CCR MSVia; nós sabemos das dificuldades que os senhores passaram em função de que hoje ainda não temos a duplicação, como deveríamos ter, da BR-163. A gente entende que as dificuldades são grandes. Mas o que não se pode é permitir que a CCR MSVia crie dificuldades para os municípios, principalmente porque as pessoas sempre pediram um portal de entrada, uma identificação do município. Mas agora a população coloca um letreiro de identificação da cidade, que a deixa orgulhosa, então vem a CCR MSVia e quer retirar por um capricho, porque para mim isso é um capricho. Se fossem construir uma obra de imediato, tudo bem; mas não! Não tem nem obra prevista para os próximos meses para a entrada de Mundo Novo. Então eu peço à CCR MSVia que reavalie o seu entendimento e que permita que Mundo Novo tenha a possibilidade de colocar esse letreiro para identificar a cidade, pois isso é orgulho para quem mora lá e para nós que passamos lá todos os meses naquela região. Então, Senhor Presidente, fica aqui o meu apelo e o meu apoio a toda a população, em especial ao Prefeito Valdomiro, à Vice-Prefeita Rosália e aos vereadores que abraçaram a causa, além de toda a população de Mundo Novo. Não à retirada do letreiro que está na entrada de Mundo Novo identificando esse município. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Obrigado, Deputada Mara Caseiro. Parabéns pela defesa do Município de Mundo Novo. São pertinentes as suas explicações. Pode contar com o nosso apoio nesse sentido. Com a palavra, o Deputado João Henrique, que disporá de dez minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, colegas Parlamentares, venho hoje utilizar esse espaço para falar sobre uma causa que eu abracei na condição de cidadão, não só na condição de Parlamentar: a causa animal. Nós vemos aí diversos projetos sendo propostos e bem-intencionados; são projetos voltados para a causa animal. Na campanha eleitoral a gente enxerga várias pessoas tentando se promover com a causa animal, tirando foto bonitinha e se dizendo apoiador da causa animal. Mas a hora da verdade é aqui, é a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, a nossa atividade parlamentar transferindo recursos para a causa animal. Para que Vossas Excelências tenham noção, antes da pandemia mais de trinta milhões de animais já estavam mapeados pela Organização Mundial de Saúde em condições de abandono. E se Vossas Excelências me permitem fazer uma análise de



quem verdadeiramente vem cuidando da causa animal, eu digo que as protetoras da causa animal são as ativistas da causa animal, são as pessoas que têm no seu coração a causa animal, e que se doam dentro de abrigos escondidos. Vejam as ONGs; essas instituições não podem divulgar seu endereço, porque elas não têm mais condições de cuidar da quantidade de animais que recebem; e isso é uma dor para todo protetor, para todo ativista. E o cidadão, quando enxerga um animal em condições de abandono, simplesmente o despeja, como se objeto fosse, na porta dessas instituições que estão, na grande maioria, vivendo na informalidade, com medo do poder fiscal pesado do Estado quando se trata de regularizar. A causa animal tem que esconder as portas de quem faz um trabalho maravilhoso, porque proliferam-se animais em condições que essas coitadas dessas protetoras, esses coitados desses ativistas da causa animal não suportam mais. É igual paciente de UTI, que precisa de remédio, precisa de medicamentos, precisa de veterinário, precisa de limpeza, precisa de tudo que a gente tem dentro da nossa casa para dispor, para cuidar com carinho dos animais. E eles precisam, porque a causa animal está dentro das UTIs; essa é a verdade que está acontecendo na causa animal. E nós precisamos trabalhar para eles com um tripé. O Estado de Mato Grosso do Sul precisa dispor de uma área para que a gente faça um centro de acolhimento de triagem pública, para que a gente faça castração gratuita em massa, porque, da maneira de como ficou estabelecido em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul vai levar trinta anos para castrar de todos os animais. A gente precisa de um hospital público veterinário. Eu tive coragem de falar isso na minha campanha, só que nós temos que pegar a LDO que nós estamos votando e a LDO da Capital também, e aportar recursos, para que essas pessoas consigam receber esses animais. Se Vossas Excelências encontrarem um animal em situação de abandono, para qual órgão irão destiná-lo? Para onde Vossas Excelências vão encaminhar esse animal? Eu recebi diversos áudios dessas protetoras, dessas ativistas, de pessoas que ligaram para a Polícia Militar Ambiental, que redirecionou a chamada.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Permite-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Só um minuto. A Polícia Militar Ambiental redirecionou para o CCZ, que redirecionou para a Guarda Municipal, que redirecionou para o CCZ, que por sua vez sugeriu que alguém levasse aos abrigos da nossa Capital. Mas os abrigos são inexistentes, porque eles estão vivendo na informalidade, sendo que as pessoas estão transformando suas casas em lugares de acolhimento privado, que estão colocando recursos, que estão colocando dinheiro, que estão se entregando, que estão trocando a sua vida, que estão entregando sua vida em prol da causa dos animais. São essas pessoas que estão com dificuldades de relacionamentos familiar, pois, em muitos relacionamentos, alguém não aceita a quantidade de amor e carinho que é recebido pelos animais entregues aos seus cuidados. Então, se nós Parlamentares, que acreditamos, que amamos, que cuidamos da causa animal, nos comprometermos a colocar no orçamento vultosos recursos que existem à disposição, para fazermos castração, centros de acolhimento público, abrigos públicos para os animais, nas áreas diversas que há no Estado e na Capital, um hospital público veterinário, aí sim poderemos falar em feiras de adoção,



fiscalizando com critérios sociais onde esses animais serão entregues e recebidos com carinho. Eu apresentei alguns projetos com o objetivo de dar qualidade de vida e dignidade para cães e gatos, para acabar com os fogos sonoros, que provocam mortes, desorientação dos animais e nas crianças autistas, e estamos esperando a votação. Em outro, solicitamos a colocação de um chip visando à proteção, ao resgate, à proibição, à comercialização e ao uso de coleiras antichoque, que é um meio cruel de controle desses animais. Eu também solicitei uma alteração na lei estadual, para afastar a ideia utilitarista que transforma os animais em coisa, que institui a "coisificação" dos animais, para que a gente consiga reconhecer que eles são, sim, seres sencientes, que sentem dores, que se emocionam e que são diferentes do ser humano apenas nos critérios de racionalidade, de expressão e comunicação verbal. Nós precisamos, sim, ir muito além, para que realmente possamos falar de proteção, cuidado e amparo. A realidade é que apenas com uma política pública muito bem feita, fruto do diálogo com quem realmente cuida desses animais é que conseguiremos juntos alcançar o objetivo maior. Isso não é difícil de resolver; basta vontade política e comprometimento. Não adianta tirar foto bonita com os animais, abraçar uma protetora, vender a ideia para elas de que cuidará da causa animal, sendo que as nossas emendas parlamentares verdadeiramente não conseguirão resolver o problema. Volto a repetir e a pedir a Vossas Excelências, aos que queiram somar comigo: nós precisamos de recurso público suficiente para construção de um abrigo público, de uma casa de acolhimento dos animais, custeados pelo Estado; de um hospital público veterinário com programas sérios e grandiosos de castração pública. Da maneira que está, nós já mapeamos, vai levar mais de trinta anos para conseguirmos resolver o problema da causa animal. Essa é a minha fala de hoje, pegando um gancho em um projeto também importante de um colega Parlamentar, o Deputado Antonio Vaz, que se soma a nós na condição de defensor da causa, para que a gente consiga dialogar com os Poderes Executivos e todos os gestores que queiram construir uma parceria entre Estado e município, em prol da causa animal.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Como Presidente desta Sessão, eu quero informar ao Deputado João Henrique que o tempo já se esgotou. Se o Deputado Marcio Fernandes concordar em fazer um aparte rápido, a gente finaliza, pois ainda temos outros colegas inscritos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Desculpe, estou no meio rural, Senhor Presidente. Estou sem meu cronômetro.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - OK. Se o Deputado Marcio Fernandes for breve, vou conceder um aparte; mas o tempo já se esgotou.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Serei breve, Senhor Presidente. Cumprimento o Deputado João Henrique que vem trazer esse tema importante, essa discussão sobre a causa animal. Na verdade, existem protetores no Estado de Mato Grosso do Sul; e não é diferente no restante do Brasil. Mas nós temos um programa em funcionamento já há algum tempo; inclusive, Deputado, é o maior programa implantado de castração gratuita no País. Este ano nós estamos colocando em



funcionamento vinte e duas unidades móveis de castração espalhadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul, sendo muitas em parceria com os consórcios. Com isso nós vamos chegar a setenta e nove municípios com serviço gratuito. Só existe uma maneira de acabarmos definitivamente com essa questão relatada pelo Deputado João Henrique, do abandono, da superlotação dos canis e dos abrigos, senão nós vamos continuar sempre enxugando gelo: oferecer gratuitamente a cirurgia de castração para cães e gatos, no Estado de Mato Grosso do Sul, como nós estamos fazendo. Em vários municípios nós já temos funcionando o castramóvel. E repito: este ano estamos com vinte e duas unidades em funcionamento, e vamos chegar a atender todas as cidades de Mato Grosso do Sul com esse serviço gratuito, evitando os abandonos e a superlotação de canis e de abrigos. E mais: nós colocamos na LDO, e já tivemos uma reunião com o Governador Reinaldo Azambuja, junto com o Vereador Professor André, da Capital que, assim como eu, é médico veterinário, solicitando e indicando uma área pública do Estado para implantação do canil estadual, um espaço que abrigará todos os animais abandonados, para tirá-los dessas superlotações e acabar com esse sacrifício que as protetoras fazem dentro de suas casas. Já encaminhamos a área e solicitamos uma emenda parlamentar para a construção desse abrigo no próximo ano, também dentro da LDO. Agradeço, Deputado João Henrique. Agradeço pelo tempo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Obrigado, Deputado Marcio Fernandes. O Deputado João Henrique pode concluir para nós chamarmos o próximo orador.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Deputado Herculano Borges, Presidente em exercício, e Deputado Marcio Fernandes, eu fico feliz em poder me somar à causa, mas nós precisamos de um esforço coletivo. Eu convoco e conclamo todos os Parlamentares que queiram se somar, para que nós possamos transformar esse sonho em realidade. Conforme Vossa Excelência disse, nós estamos há muito tempo enxugando gelo, e agora estamos vindo para matar a sede, saciar e resolver esse problema definitivamente. Obrigado, Presidente Herculano Borges.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Obrigado, Deputado João Henrique. O próximo inscrito é o Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu apenas gostaria de registrar uma indicação que estou fazendo ao Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Desembargador Eduardo Contar, solicitando que seja reconsiderada a decisão de fechamento da Vara da Infância e Adolescência de Dourados. O TJ/MS anunciou a desinstalação da Vara da Infância e Adolescência em Dourados, e essa decisão foi motivo de protesto por parte da OAB Seccional de Dourados, e também de várias outras entidades de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, de pessoas da sociedade civil representando instituições e universidades. A Vara da Infância e Adolescência de Dourados possui uma grande demanda e cuida de processos importantes relacionados à adoção de crianças, casos de violência contra crianças e adolescentes, e da destituição do poder familiar, dentre



outros assuntos importantes, que exigem um trabalho exclusivo e com conhecimento aprofundado, para evitar violações dos direitos das crianças e adolescentes. De acordo com Tribunal de Justiça, o motivo da desinstalação, que foi autorizada pela Resolução nº 249, é a redução de despesas e a necessidade de reorganizar e racionalizar o serviço judiciário. Porém nós entendemos que a desinstalação dessa vara vai prejudicar muito o atendimento das demandas envolvendo crianças e adolescentes no Município de Dourados e prejudicar a garantia dos seus direitos fundamentais. Nós sabemos que a Constituição de 1988 foi um grande avanço na defesa de crianças e adolescentes, com a implantação dos Conselhos Tutelares. O Conselho do Direito da Criança e Adolescente estabeleceu uma nova política de proteção de garantia de direitos de crianças e adolescentes, e é fundamental que exista essa vara específica voltada para a infância e adolescência em Dourados, que é o segundo maior município do Estado de Mato Grosso do Sul, um município importante com uma população já bastante numerosa. Então nós consideramos que fechar essa vara vai ser um retrocesso e vai trazer prejuízos para a política de atendimento aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Então, Senhor Presidente, com esta indicação que nós estamos apresentando esperamos que o Tribunal de Justiça, na pessoa do seu presidente, seja sensível a esta reivindicação da comunidade de Dourados e reconsidere essa decisão, e mantenha em funcionamento essa importante Vara da Infância e Adolescência do Município de Dourados. Era isso, Senhor Presidente. Agradeço. Um abraço.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Obrigado, Deputado Pedro Kemp. Eu me somo a essa linha sobre a proteção à criança. A amanhã vou fazer uso da palavra para falar que ontem nós entregamos um documento ao Governador falando daquilo que foi extraído do Maio Laranja este ano. Essa foi uma das coisas, Deputado Pedro Kemp, que foram faladas ontem na reunião que nós tivemos com o Ministério Público, com a Promotora Fabrícia Barbosa, de Dourados, com a Delegada Franciele Candotti, de Campo Grande, com a Defensora Pública Patrícia Elias Cozzolino e com a Desembargadora Elizabete Anache. Uma das coisas que foram levantadas foi a necessidade dessa retomada, para que não se deixe de ter a Vara da Infância em Dourados. Quero parabenizar Vossa Excelência e me somar a esse movimento, porque nós precisamos avançar e não regredir na parte de proteção à criança. Vamos trabalhar para que Dourados não perca essa Vara da Infância e Juventude, porque inclusive já foi falado que a incidência de casos de abusos por assédio sexual de crianças é muito grande, até na comunidade indígena. O senhor pode ter certeza que nós também vamos engrossar esse coro em favor das crianças e para a manutenção da Vara da Infância e Juventude em Dourados.

DEPUTADO PEDRO KEMP - E eu aproveito, Presidente, para parabenizar Vossa Excelência pela atuação nesta área da criança e da adolescência. Eu solicito seu importante apoio. Que Vossa Excelência se some a essa nossa reivindicação, pois certamente isso vai nos ajudar muito a reverter essa decisão do Tribunal de Justiça. Muito obrigado, Deputado.



PRESIDENTE (Herculano Borges) - Obrigado, Deputado Pedro Kemp. Pode ter certeza de que nós estaremos juntos nessa demanda em favor das nossas crianças. Próximo inscrito, o Deputado Amarildo Cruz, que disporá de dez minutos.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, colegas Deputados. Primeiro quero registrar que na semana passada eu já apresentei indicação no mesmo sentido, reivindicando ao Tribunal de Justiça a manutenção da Vara da Criança e do Adolescente na Cidade de Dourados, para que não haja o fechamento, em função da demanda, da importância, do apoio, do abrigo e da segurança que dá aos nossos jovens e adolescentes de Dourados e da região. Eu também já havia apresentado na semana passada requerimentos nesse sentido. E quero registrar isso porque penso que cada Deputado tem esse compromisso e a visão de tomar qualquer iniciativa neste sentido; e tem que fazer o registro, para que a gente possa somar forças e manifestar o desejo da maioria dos Parlamentares, quiçá a totalidade, e expressar isso ao Tribunal de Justiça, visto que representamos a população do Estado de Mato Grosso do Sul, nesta Casa. Então fica o meu apoio e registro da indicação que apresentamos no mesmo sentido, dentro do que foi oportunamente colocado pelo Deputado Pedro Kemp e por Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Obrigado, Deputado Amarildo Cruz. Estamos juntos nesta luta. Vamos nos somar.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Estamos juntos. Vossa Excelência sempre foi um lutador nesse sentido, nas causas dos jovens e adolescentes. Eu queria aproveitar, Senhor Presidente, para fazer um registro com relação a uma indicação que apresentei para que o Executivo faça estudos para que a cobrança do ICMS incidente sobre energia, em função do aumento temporário por conta da bandeira vermelha, por causa da crise hídrica, pois já foi instituída essa cobrança no período de julho a novembro de 2021, para que esse aumento também não incida sobre as partes excedentes do consumo, para efeito de cobrança de ICMS. É essa a indicação, Senhor Presidente. Como todos acompanham, em função da crise hídrica o consumo aumenta e obviamente entra na bandeira vermelha, aumentando a tarifa, que é projetada em um aumento substancial que chega ao consumidor. Nós estamos reivindicando uma coisa que é de competência do Governo do Estado, e que é possível de ser feita, ou seja, que a cobrança do ICMS também incidente sobre essa parte excedente do consumo que elevou a taxa, a tarifa, em função da mudança para bandeira vermelha, não seja cobrada dos consumidores. Esse é um pleito para proteger principalmente aqueles consumidores que usam energia em casa, o pequeno e o médio comerciante, enfim, todos aqueles que, de uma maneira geral, possam ter do Estado um tratamento diferenciado neste período de julho a novembro, fazendo com que o Estado não cobre esse excedente. E isso não estava previsto no orçamento. O Estado não fez o orçamento prevendo que nós iríamos entrar em uma crise hídrica, passar para a bandeira vermelha, aumentar a cobrança da tarifa de energia e, conseqüentemente, o ICMS. Então, a receita que está vindo para os cofres do Estado é de uma forma adicional, pois não havia previsão. Entendo que o Estado tem as suas demandas e também acho que é possível fazer um estudo para não



elevar essa incidência do ICMS sobre essa parte excedente do consumo de energia que está sendo cobrado a partir de julho até novembro, em função do baixo nível dos reservatórios das nossas usinas, da crise hídrica e da bandeira vermelha em que agora estamos em função do aumento do consumo e da pouca geração de energia. Eu apresentei essa indicação na semana passada, Senhor Presidente, e quero reafirmar a possibilidade de o Estado fazer essa concessão neste momento, para não afetar mais ainda a vida do trabalhador, a vida daqueles que já estão sendo afetados a todo momento com aumento do combustível, do gás de cozinha e do preço das mercadorias nas prateleiras dos mercados. O consumidor não aguenta mais. Muito disso vem em função de uma falta de política, principalmente do Governo Federal, que é quem faz o controle dos preços, de uma maneira geral, dos combustíveis e dos alimentos que chegam às prateleiras dos supermercados. Mas no caso do ICMS, especificamente, é competência do Governo do Estado; e é possível que haja esse estudo e essa concessão, mesmo que temporária, mas que impacte menos ainda os preços das mercadorias e, conseqüentemente, na energia elétrica. Porque a energia elétrica impacta no preço de tudo, pois ela é insumo determinante, impactando no preço de toda mercadoria que é comercializada e industrializada no Estado. Então existe essa possibilidade e eu gostaria de ter o apoio dos demais Deputados, para que pudéssemos sensibilizar o Governo. O Governador já se manifestou mostrando boa vontade nesse sentido, e já está à disposição para estudar a possibilidade de não fazer com que essa incidência alcance essa parte excedente do consumo de energia dos contribuintes, de uma maneira geral, em Mato Grosso do Sul. Espero que o Governador, que já mostrou boa vontade neste sentido, seja sensível e abra mão dessa cobrança temporária. São quatro meses, mas neste momento de crise econômica sem precedentes no País, qualquer ajuda é bem vinda para diminuir o preço da energia e, conseqüentemente, das mercadorias que têm a energia elétrica como insumo para a produção e comercialização. Peço o apoio dos demais Deputados e também a sensibilização por parte do Governo do Estado. Eu acredito que providências nesse sentido serão tomadas por parte do Governador Reinaldo Azambuja e da sua equipe, para que a gente possa garantir essa não cobrança de ICMS sobre o excedente do consumo de energia. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Obrigado, Deputado Amarildo Cruz, com certeza uma pauta pertinente. Vossa Excelência, que é estudioso nessa questão tributária, pode contar também com nosso apoio e desta Casa. Eu tenho certeza de que os Deputado são favoráveis. Tudo que vier e tiver condições de o Governo abrir mão em favor da sociedade e do consumidor, eu acho pertinente. O próximo inscrito, e último, é o Deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Obrigado, Deputado Herculano Borges. Senhor Presidente, eu quero registrar uma indicação que nós fizemos hoje, registrando as reclamações que os usuários do INSS vêm fazendo. Em média os atendimentos do INSS às buscas de auxílio e de vários outros serviços é de seis meses a um ano. Eu tenho recebido sempre solicitações. Eu recebi reclamações da Câmara de Aquidauana, do Vereador Cruz; assim como tenho recebido de Ivinhema e de Dourados, da população. Diante disso, nós temos que tomar providência, porque o



cidadão que está lá vai reclamar para quem? Para o Governo Federal? De que jeito? Ele faz a reclamação ali no balcão, faz a reclamação para um funcionário, mas a coisa não anda. Então, hoje nós pegamos essa justificativas, anexamos essas reclamações, esses documentos e encaminhamos para o Procurador-Chefe do Instituto Nacional de Segurança Social, Senhor Roberto da Silva Pinheiro, solicitando mais agilidade, para que possam tomar as devidas providências nesse sentido. Também, Senhor Presidente, foi sancionado o projeto de lei de nossa autoria que institui o Dia Estadual de Conscientização e Proteção do Ciclista. Esse é um dia importante para se discutir esse movimento que tanto cresce em Mato Grosso do Sul. A bicicleta foi redescoberta e repaginada. Hoje existem vários movimentos que utilizam a bicicleta, tanto para locomoção ao trabalho como para ir à escola, para o lazer e para atividade física. Isso tudo foi fruto de uma grande mobilização que ocorreu em Campo Grande. Houve um passeio ciclístico onde a jovem *Emanuelle Aleixo* Gorski foi acidentada e perdeu a sua vida, no Parque dos Poderes; e isso causou uma grande mobilização em Campo Grande e no Estado. Diante disso, nós temos que debater, nesta Casa, caminhos e ações sobre a questão da conscientização no trânsito, a questão das ciclovias e vários outros temas que estão relacionados ao ciclismo. Então, diante de tudo isso, essa lei foi sancionada. Quero parabenizar o Governo do Estado pela sensibilidade de sancionar essa lei. Agora, todo dia 10 de março, junto à sociedade, estaremos sempre debatendo, chamando a atenção para a importância de se discutir caminhos para proteger o ciclista. Eu quero agradecer a oportunidade, Senhor Presidente. Obrigado! Um bom dia a todos os Deputados e a todos que nos assistem.

PRESIDENTE (Herculano Borges) - Obrigado, Deputado Renato Câmara. Quero parabenizá-lo pelas indicações, em especial por essa questão do ciclismo. A gente tem acompanhado de perto essa questão do esporte; e no Estado todo as pessoas estão praticando esportes. Essa conscientização no trânsito, com relação à proteção aos ciclistas é muito importante. Eu tenho certeza que esse dia vai trazer reflexão, vai incluir a sociedade nesse debate, porque o ciclista faz parte do trânsito. Infelizmente perto de Campo Grande muitas mortes já aconteceram, nós até fizemos indicações solicitando ciclovias, porque são necessárias. É pertinente demais esse projeto que agora é lei em Mato Grosso do Sul. Parabéns, Deputado! Parabenizo também o Governo do Estado por sancionar, atendendo à demanda de todo esse segmento. Amigos, nada mais havendo a tratar e não havendo mais Deputados inscritos, finalizamos a Sessão de hoje, desejando a todos uma boa terça-feira. Convido todos para a Sessão Ordinária mista de quarta-feira, dia 7 de julho de 2021. Abraços a todos. Que Deus nos abençoe. Até amanhã (11h20min).